VENERÁVEL IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO TERÇO E CARIDADE

Relatório da Mesa Administrativa

2021

Assembleia Geral de 28/03/2022

RELATÓRIO DA MESA ADMINISTRATIVA RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2021

PREZADOS IRMÃOS

No cumprimento das disposições estatutárias, submetemos à apreciação de V. Exªs o Relatório, Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2021.

1. Provedoria

1.1 Preâmbulo

O Exercício de 2021 constitui um marco indelével na história da Venerável Irmandade de Nossa Senhora do Terço e Caridade, porque, após o cumprimento antecipado do PER e o pagamento de todo o passivo, foram renegociados os contratos existentes com a Involvepeople que, para além de melhorar substancialmente as condições financeiras do contrato existente, foi possível recuperar para a Irmandade áreas essenciais para o seu projeto de desenvolvimento, designadamente todo o piso – 1, que contém o claustro e a área reservada ao museu, que estavam ocupadas pela Involvepeople. No âmbito da negociação, conseguiu-se recuperar para uso exclusivo da Irmandade do edifício nº 36 – 36 A da Rua Cimo de Vila, que era área exclusiva da Involvepeople.

Para além disso, foram lançados os projetos de recuperação de todo o edifício sede e recuperação da igreja e da torre sineira, que se encontram bastante degradados. O projeto de recuparação do edifício sede foi já aprovado pela Câmara Municipal do Porto, encontrando-se neste momente em fase final de aprovação pelo Banco Santander, com vista ao seu financiamento ao abrigo do IFFRU, devendo o mesmo ficar concluído até final de 2023.

1.2 Atividades Desenvolvidas

Atenta a importância que tiveram na situação financeira da Irmandade, focalizam-se a seguir os aspetos considerados relevantes em 2021:

- Conclusão da renegociação dos contratos existentes com a Involvepeople no sentido de redefinir as condições e as áreas de exclusividade de cada uma das entidades.
- Foi iniciado o processo de venda do edifício herdado em Lisboa, já autorizada pela Assembleia Geral da Irmandade e pela Diocese do Porto.
- Lançamento dos projetos de recuperação da cobertura e fachadas do edifício sede, da igreja e torre sineira.
- Projeto de recuperação do edifício nº 36 – 36 A da Rua Cimo de Vila, com vista à construção de 6 estúdios, destinados a residências de estudantes ou fins turísticos.
- O edifício nº 24 da Rua Cimo de Vila será recuperado pela Involvepeople, até final de 2024, conforme consta do contrato assinado em 2021.
- Obras de melhoria das instalações do refeitório social.

2. Atividade Operacional

2.1. Hospital

A atividade hospitalar tem vindo a ser desenvolvida com normalidade pela Involvepeople, no âmbito do contrato celebrado com aquela Entidade. Todas as rendas têm sido pagas pontualmente de acordo com os termos do contrato assinado em 2021.

2.2. Família e Comunidade

Por força do contrato celebrado com a Involvepeople, o acompanhamento dos utentes adstritos a esta valência é da responsabilidade daquela entidade, não deixando os Órgãos Sociais de acompanhar o cumprimento do estabelecido naquele contrato.

2.3. Igreja

Durante o ano foi assegurado o culto bem como a assistência religiosa semanal e sempre que os doentes a solicitaram, tendo-se também realizado as comemorações festivas, com destaque para:

– Quinta-Feira Santa com as habituais cerimónias
– Festa da Padroeira
– Fiéis Defuntos com responsos no cemitério privativo do Prado do Repouso
- Solenidade da Imaculada Conceição com Missa da parte da manhã e Exposição e Bênção do Santíssimo Sacramento, recitação do Terço e Consagração à Imaculada Conceição.

2.4. Cemitério

Foram ainda notados os seguintes dados de atividade de 2021: Inumações 29; exumações 2; trasladações 4; conservações 7; averbamentos 7 e concessões 1, que se traduziram numa receita para a Irmandade de € 33.016,76.

3. Situação Económico-Financeira

3.1. Situação Patrimonial

A evolução da situação patrimonial da Irmandade pode traduzir-se do seguinte modo:

Rubricas	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015
Ativo	1 930 663	1 558 217	1 452 787	1 498 550	1 588 957	1 588 957	1 705 233
Passivo	30 233	27 655	33 689	137 980	289 914	408 160	1 004 497
Fundos Patrimoniais	1 900 430	1 530 562	1 419 098	1 360 570	1 299 043	1 275 952	692 074

3.2. Resultados do Exercício

A evolução dos resultados foi a seguinte nos últimos anos:

Rubricas	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015
Resultados Operacionais	67 510	111 463	58 528	61 525	55 091	339 848	141 518
Resultados Financeiros	0	0	0	0	0	0	102 511
Resultado Líquido Exercício	67 510	111 463	58 528	61 525	55 091	339 848	244 029
Cash Flow	112 727	151 063	98 429				

Em 2021, tal como em 2020 e 2019, não se registaram quaisquer mais-valias, uma vez que não foi vendido qualquer património imobiliário da Irmandade.

A baixa do Resultado Líquido do Exercício deve-se, em parte, ao aumento dos gastos, designadamente com os dois projetos para a recuperação do edifício sede e igreja, torre sineira e edifício nº 36 – 36 A da Rua Cimo de Vila e aumento salarial dos colaboradores da Irmandade, gastos que não são recorrentes.

4. Perspetivas para o Futuro

A Irmandade tem assegurado o seu futuro, na medida em que as suas receitas correntes mensais excedem as despesas correntes mensais em € 9.190,00 e não tem passivo.

Para 2022 as prioridades são as seguintes:

1. Iniciar as obras referentes ao projeto de recuperação do edifício sede, o qual terá que estar concluído até final de 2023.
2. Vender o edifício herdado em Lisboa, na sua totalidade ou em parte, uma vez que está constituído em propriedade horizontal.
3. Recuperar o cemitério e fazer o inventário dos jazigos, publicar editais e procurar vender alguns dos que estiverem ou fiquem devolutos.
4. Angariação de novos irmãos.
5. Aumentar a acção social dentro das possibilidades financeiras da Irmandade, designadamente apoiando o refeitório social, que se encontra em funcionamento.

5. Aplicação dos Resultados

Para os Resultados Líquidos positivos de € 67 509,80 a Mesa Administrativa propõe à Assembleia Geral a transferência para a conta de Resultados Transitados.

Porto, 15 de Março de 2022

A Mesa Administrativa,

Doutor Manuel Ramos Mações (Provedor)

Eng.º Augusto Bianchi de Aguiar (Vice-Provedor)

Dr.ª Arlinda Pinto Ribeiro (Secretária)

Dr. António Manuel da Costa Bastos (Tesoureiro)

Manuel Silva da Fonseca (Vogal)

INSTITUTO SEGURANÇA SOCIAL PORTO	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL	ANO DE 2021

DENOMINAÇÃO: VENERÁVEL IRMANDADE DE Nª SENHORA DO TERÇO E CARIDADE

MORADA: Travessa Cimo de Vila, 19

LOCALIDADE: Porto

FREGUESIA: Sé

CONCELHO: Porto

CODIGO POSTAL: 4250-327

(O Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO:

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

28 de Março de 2022

DATA: Porto, 15.03.2022

ASSINATURAS:

ASSINATURA DO PRESIDENTE

VENERÁVEL IRMANDADE DE Nª SENHORA DO TERÇO E CARIDADE
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Contribuinte : 500846669
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-21	31-dez-20
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1 605 046,38	1 262 589,77
Investimentos financeiros	8.1	9 518,02	9 399,01
		1 614 564,40	1 271 988,78
Ativo corrente			
Créditos a receber	8.2	15 808,06	15 808,06
Diferimentos	8.4	3 329,42	82 769,12
Outros ativos correntes	8.3	0,00	9 997,87
Caixa e depósitos bancários	8.5	296 961,36	177 652,40
		316 098,84	286 227,45
Total do ativo		1 930 663,24	1 558 216,23
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	8.6	617 137,70	617 137,70
Resultados transitados	8.6	-919 097,20	-1 030 560,64
Excedentes de revalorização	8.6	1 832 521,03	1 832 521,03
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	8.6	302 358,35	0,00
		1 832 919,88	1 419 098,09
Resultado líquido do período		67 509,80	111 463,44
Total dos fundos patrimoniais		1 900 429,68	1 530 561,53
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	8.7	14 253,31	14 234,09
Estado e outros entes públicos	8.8	1 410,28	1 060,78
Outros passivos correntes	8.9	14 569,97	12 359,83
		30 233,56	27 654,70
Total do passivo		30 233,56	27 654,70
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 930 663,24	1 558 216,23

A Direção

O Contabilista Certificado

F3M - Information Systems, SA
Processado por Computador

VENERÁVEL IRMANDADE DE Nª SENHORA DO TERÇO E CARIDADE **Contribuinte:** 500846669

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 **Moeda:** euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 021	2 020
Vendas e serviços prestados	5	2 700,00	3 150,00
Subsídios, doações e legados à exploração	8.10	1 087,30	979,81
Fornecimentos e serviços externos	8.11	-47 803,09	-18 320,70
Gastos com o pessoal	6	-56 858,94	-47 949,80
Aumentos/reduções justo valor	8.14	0,00	-19,10
Outros rendimentos	8.12	219 728,80	219 978,59
Outros gastos	8.13	-6 126,88	-6 755,71
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**112 727,19**	**151 063,09**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-45 217,39	-39 599,65
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**67 509,80**	**111 463,44**
Resultados antes de impostos		**67 509,80**	**111 463,44**
Resultado líquido do período		**67 509,80**	**111 463,44**

A Direção

O Contabilista Certificado

VENERÁVEL IRMANDADE Nª SENHORA TERÇO E CARIDADE
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2021	2020
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		2 700,00	3 150,00
Pagamentos a fornecedores		-39 242,44	-11 367,11
Pagamentos ao pessoal		-35 235,97	-32 160,88
Caixa gerada pelas operações		-71 778,41	-40 377,99
Outros recebimentos/pagamentos		189 979,68	161 920,95
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		118 201,27	121 542,96
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		70,39	82,88
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		70,39	82,88
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		1 037,30	979,81
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	-3 251,07
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		1 037,30	-2 271,26
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		119 308,96	119 354,58
Caixa e seus equivalentes no início do período		177 652,40	58 297,82
Caixa e seus equivalentes no fim do período	8.5	296 961,36	177 652,40

A Direção

O Contabilista Certificado

Entidade: VENERÁVEL IRMANDADE Nª SENHORA TERÇO e CARIDADE **Contribuinte: 500846669**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

			PERÍODOS	
RENDIMENTOS E GASTOS	**NOTAS**	**Funcionamento Geral**	**2021**	**2020**
Vendas e serviços prestados	6	2 700,00	2 700,00	3 150,00
Custo das vendas e dos serviços prestados	7	-56 858,94	-56 858,94	-47 949,80
Resultado Bruto		**-54 158,94**	**-54 158,94**	**-44 799,80**
Outros Rendimentos		220 816,10	220 816,10	220 958,40
Gastos administrativos		-93 020,48	-93 020,48	-57 920,35
Outros Gastos		-6 126,88	-6 126,88	-6 774,81
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		67 509,80	67 509,80	111 463,44
Resultado antes de impostos		**67 509,80**	**67 509,80**	**111 463,44**
Resultado líquido do período		**67 509,80**	**67 509,80**	**111 463,44**

A Direção

O Contabilista Certificado

VENERÁVEL IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO TERÇO E CARIDADE

Anexo

Demonstrações Financeiras

2021

Índice

1 Identificação da Entidade 3
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras 3
3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros 4
3.1 Bases de Apresentação 4
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração 6
4 Ativos Fixos Tangíveis 10
5 Rédito 10
6 Benefícios dos empregados 11
7 Divulgações exigidas por outros diplomas legais 11
8 Outras Informações 11
8.1 Investimentos Financeiros 11
8.2 Créditos a Receber 11
8.3 Outros Ativos Correntes 12
8.4 Diferimentos 12
8.5 Caixa e Depósitos Bancários 12
8.6 Fundos Patrimoniais 12
8.7 Fornecedores 12
8.8 Estado e Outros Entes Públicos 13
8.9 Outros Passivos Correntes 13
8.10 Subsídios, doações e legados à exploração 13
8.11 Fornecimentos e serviços externos 13
8.12 Outros rendimentos 14
8.13 Outros gastos 14
8.14 Aumentos / reduções de justo valor 14
8.15 Resultados Financeiros 14
8.16 Acontecimentos após data de Balanço 15

© F3M – Information Systems, SA

1 Identificação da Entidade

A "VENERÁVEL IRMANDADE DE Nª SENHORA DO TERÇO E CARIDADE" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "Instituição Particular de Solidariedade Social", registada na Direção-Geral da Solidariedade e Segurança Social, no livro 2 das Associações de Solidariedade Social, a folhas 176 e verso, sob o n.º 56/85, em 14/08/1985, com sede na Travessa Cimo de Vila, 19 na cidade do Porto.

A Venerável Irmandade de Nossa Senhora do Terço e Caridade prossegue o bem público eclesial na sua área de intervenção, de acordo com as normas da Igreja Católica e tem como fins a promoção da solidariedade e caridade cristãs, da cultura, educação e a integração comunitária e social – na perspetiva dos valores do Evangelho – de todos os habitantes da comunidade onde está situada, especialmente dos mais pobres.

São ainda fins principais específicos da Irmandade:

a) De acordo com as suas possibilidades, diretamente ou através de serviços a baixo custo ou gratuitos, conceder auxílios financeiros aos mais necessitados, irmãos e habitantes da comunidade onde está situada.

b) Gerir, direta ou indiretamente, o Hospital do Terço e instituições anexas em ordem a, de acordo com as suas possibilidades, dar proteção aos irmãos necessitados na eventualidade da doença, podendo estender essa assistência a não irmãos, nas condições que definir em regulamentação interna.

c) De acordo com as suas possibilidades, proteger os irmãos idosos ou inválidos, criando-lhes condições de acesso a uma estadia permanente.

d) Dar integral cumprimento às disposições testamentárias dos seus benfeitores.

e) Promover o culto religioso no seu templo privativo, de harmonia com a liturgia da Igreja Católica.

f) Realizar as festividades à sua Padroeira, Nossa Senhora do Terço e Caridade e à Imaculada Conceição.

g) Mandar celebrar no seu templo todos os domingos e dias de preceito da Igreja, uma missa por intenção de todos os irmãos vivos e defuntos e ainda pelos doentes internados no Hospital do Terço.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo

© F3M – Information Systems, SA

(NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259 /2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não

© F3M – Information Systems, SA

Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confiram segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

© F3M – Information Systems, SA

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

© F3M – Information Systems, SA

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período, cada um dos seguintes pontos:

a) A retribuição total paga ou recebida;

b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;

c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e

d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

© F3M – Information Systems, SA

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento informático	5
Equipamento administrativo	6
Ferramentas e utensílios	4
Outros Ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

3.2.3 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiras são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
    - Alterações no risco segurado;
    - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
    - Entrada em incumprimento de uma das partes;
    - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
        - Alterações no preço do bem locado;
        - Alterações na taxa de câmbio;
        - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

<u>Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros</u>

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se

© F3M – Information Systems, SA

encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

© F3M – Information Systems, SA

3.2.5 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando adições, abates e alienações, depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas da seguinte forma:

Descrição	31-12-2020	Adições	Alienações	Transferência	31-12-2021
Terrenos	0,00	75.589,58			75.589,58
Edifícios e outras construções	8.721.396,27	312.084,42			9.033.480,69
Equipamento Básico	990.761,63				990.761,63
Equipamento de Transporte	229,79				229,79
Equipamento Administrativo	283.514,91				283.514,91
Outros ativos fixos tangíveis	1.329,26				1.329,26
Ativo Tangível Bruto	**9.997.231,86**	**312.084,42**	**0,00**	**0,00**	**10.384.905,86**
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e outras construções	7.458.806,50	45.217,39			7.504.023,89
Equipamento Básico	990.761,63				990.761,63
Equipamento de Transporte	229,79				229,79
Equipamento Administrativo	283.514,91				283.514,91
Outros ativos fixos tangíveis	1.329,26				1.329,26
Depreciações Acumuladas	**8.734.642,09**	**45.217,39**	**0,00**		**8.779.859,48**
Ativo Tangível Líquido	1.262.589,77	-45.217,39	0,00	0,00	1.605.046,38

5 Rédito

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2021	2020
Prestação de Serviços	**2.700,00**	**3.150,00**
Quotas e joias	2.700,00	3.150,00
Outros Réditos	**74,64**	**82,88**
Juros e rendimentos aplicações financeiras	74,64	82,88
Total	**2.774,64**	**3.232,88**

© F3M - Information Systems, SA

6 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais é de "7".

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2021 e 2020 foi de "3".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações ao pessoal	46.521,20	39.262,31
Encargos sobre as Remunerações	9.817,45	8.177,20
Seguros de Acidentes no Trabalho	520,29	510,29
Total	**56.858,94**	**47.949,80**

7 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

8 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

8.1 Investimentos Financeiros

No período de 2021 e 2020 a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2021	2020
Investimentos Financeiros		
Investimentos noutras empresas	8.682,98	8.678,73
Títulos de divida pública	569,81	569,81
Fundos Compensação trabalho	265,23	150,47
Total	**9.518,02**	**9.399,01**

8.2 Créditos a Receber

Para os períodos de 2021 e 2020 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	15.808,06	15.808,06
Total	**15.808,06**	**15.808,06**

© F3M – Information Systems, SA

8.3 Outros Ativos Correntes

A rubrica "Outros Ativos Correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

	2021	2020
Devedores por acréscimo rendimentos - Involvepeople	0,00	9.997,87
	0,00	**9.997,87**

8.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Gastos a Reconhecer		
Involvepeople	0,00	79.315,65
Seguros	3.329,42	3.453,47
Total	**3.329,42**	**82.769,12**

8.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2021	2020
Caixa	2.283,30	2.165,27
Depósitos à ordem	44.678,06	5.402,42
Aplicações tesouraria	250.000,00	170.084,71
Total	**296.961,36**	**177.652,40**

8.6 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	617.137,70	0,00	0,00	617.137,70
Resultados transitados	-1.030.560,64	111.463,44	0,00	-919.097,20
Reavaliação Ativos Fixos Tangíveis (edifícios)	1.832.521,03	0,00	0,00	1.832.521,03
Doações	0,00	302.358,35	0,00	302.358,35
Total	**1.419.098,09**	**413.821,79**	**0,00**	**1.832.919,88**

8.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	14.253,31	14.234,09
Total	**14.253,31**	**14.234,09**

© F3M – Information Systems, SA

8.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares	353,00	198,00
Segurança Social	1.057,28	862,78
Total	**1.410,28**	**1.060,78**

8.9 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros Passivos Correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		8.564,40		7.089,72
Outros credores (rendas)		5.270,11		5.270,11
Pessoal		735,46		0,00
Total	**0,00**	**14.569,97**	**0,00**	**12.359,83**

8.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2021 e 2020, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2021	2020
Doações e heranças – Donativos	1.087,30	979,81
Total	**1.087,30**	**979,81**

8.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Serviços especializados	31.635,52	3.520,66
Materiais	729,51	723,06
Energia e fluidos	1.460,46	727,29
Deslocações, estadas e transportes	0,00	0,00
Serviços diversos	13.977,60	13.349,69
Total	**47.803,09**	**18.320,70**

© F3M – Information Systems, SA

8.12 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Outros rendimentos	**219.654,16**	**219.895,71**
Rendimentos Suplementares	3.339,86	4.685,58
Rendimentos em propriedades investimento	184.286,67	207.043,28
Correções relativas exercícios anteriores	0,00	1.927,68
Outros rendimentos	32.027,63	6.239,17
Juros e rendimentos similares	**74,64**	**82,88**
Juros obtidos	74,64	82,88
Total	**219.728,80**	**219.978,59**

8.13 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	2.119,63	2.116,50
Correções exercícios anteriores	3.600,00	939,60
Donativos	311,25	200,50
Quotizações	96,00	96,00
Outros Gastos	0,00	3.403,11
Total	**6.126,88**	**6.755,71**

8.14 Aumentos / reduções de justo valor

A Entidade reconheceu em 2020 uma perda por redução do "justo valor" no seguinte investimento financeiro:

Descrição	2021	2020
Millennium - BCP	0,00	19,10
Total	**0,00**	**19,10**

8.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2021	2020
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,00
Total	**0,00**	**0,00**
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	74,64	82,88
Total	**74,64**	**82,88**
Resultados Financeiros	**74,64**	**82,88**

© F3M – Information Systems, SA

8.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 31 de Dezembro de 2021

O Contabilista Certificado

A Direção

© F3M – Information Systems, SA

VENERÁVEL IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO TERÇO E CARIDADE

Parecer do Definitório

2021

PARECER DO DEFINITÓRIO DA VENERÁVEL IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO TERÇO E CARIDADE

Nos termos e para efeitos da alínea b) do Art.º 40 dos Estatutos da Venerável Irmandade de Nossa Senhora do Terço e Caridade, reuniu o Definitório no dia 22 de Março de 2022, pelas 15 horas, para apreciar e dar parecer sobre o Relatório e Contas relativo ao Exercício de 2021, a submeter à Assembleia Geral, a realizar no dia 28 de Março de 2022.

"**PARECER DO DEFINITÓRIO** - Nos termos da alínea b) do Artigo 40º dos Estatutos da Venerável Irmandade de Nossa Senhora do Terço e Caridade, o Definitório vem apresentar o seu Parecer sobre o Relatório e Contas de 2021, apresentados pela Mesa Administrativa.

A. Apreciação da Gestão

Através dos contactos estabelecidos entre este Definitório e a Mesa Administrativa, bem como de esclarecimentos e informação recolhida junto dos serviços competentes, tomámos conhecimento da atividade da Venerável Irmandade de Nossa Senhora do Terço e Caridade.

É de realçar, a crescente e positiva evolução dos elementos patrimoniais da Irmandade, baseados num acentuado esforço da Mesa Administrativa.

B. Parecer

Tendo em consideração o exposto no ponto anterior, que expressa uma continuada evolução positiva nos elementos contabilísticos, da Irmandade, o Definitório é de parecer que o Relatório e Contas apresentados pela Mesa Administrativa traduzem adequada e apropriadamente, em todos os aspetos relevantes, a situação financeira da Venerável Irmandade de Nossa Senhora do Terço e Caridade em 31 de Dezembro de 2021.

Assim sendo, propõe o Definitório à Assembleia Geral que os mesmos sejam aprovados.

O Definitório expressa o seu apreço à Mesa Administrativa e aos Serviços pela colaboração manifestada na disponibilidade dos elementos o que muito contribuiu para o desempenho das suas funções.

Porto, 22 de Março de 2022"----------

O Definitório,

Mário Borges Gagliardini Graça – Presidente

Maria Cármen Castro Rocha Vieira Martins – Secretária

Aniceto Vieira Martins - Vogal